

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.360 - SP (2019/0339281-4)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : FLORENTINO BARBOSA
RECORRENTE : ROBERVAL FERREIRA
RECORRENTE : FATIMA APARECIDA SARAIVA DA SILVA
RECORRENTE : VANDERLEI SEBASTIAO TEODORO
RECORRENTE : MARIA APARECIDA FERREIRA DE SOUZA
RECORRENTE : JOSE CARLOS DE MORAES
RECORRENTE : FRANCISCO SERAFIM DA SILVA
RECORRENTE : MARIA FRANCISCA GARCIA
RECORRENTE : DARCY DA SILVA GARCIA
RECORRENTE : TERESINHA COSTA DE OLIVEIRA RODRIGUES
RECORRENTE : TEREZINHA VENANCIO VIEIRA
RECORRENTE : MARIA LIGIA BICUDO
RECORRENTE : MARIA JOSE DE GODOY COSTA
RECORRENTE : MARCILIO RODRIGUES DE CAMARGO
RECORRENTE : MARIA NEUSA DIAS MARTILIANO
RECORRENTE : CLAUDIO FLORIANO
RECORRENTE : ROSELI APARECIDA DA SILVA GOMES
RECORRENTE : CARLOS ROBERTO PASCHOAL
RECORRENTE : THABATA LAIS DE OLIVEIRA
RECORRENTE : VALDECIR APARECIDO DE GODOY
ADVOGADOS : GUILHERME LIMA BARRETO - SP215227
RICARDO BIANCHINI MELLO - SP240212
FELIPE MARTINS FLORES - SP309001
RECORRIDO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA - MG111202
SAMIRA REBECA FERRARI - SP279477

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por FLORENTINO BARBOSA e OUTROS, no qual se discute o interesse da CEF nas ações que envolvem contrato de financiamento regido pelo Sistema Financeiro de Habitação com cobertura pelo FCVS e a consequente competência para julgamento dos respectivos processos.

É O RELATÓRIO. DECIDE-SE.

Em 05/10/2018, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por

maioria de votos, nos autos do RE 827.996/PR, reconheceu a existência de repercussão geral da matéria relativa a possível interesse jurídico da CEF nas ações que envolvem seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

Ressalte-se que o reconhecimento da repercussão geral sobre o tema influencia diretamente na discussão acerca da competência para processar e julgar os feitos desta natureza, tornando por ora inócua a apreciação, por esta Corte Superior, dos recursos que versam sobre a controvérsia. Isso porque a definição acerca do interesse jurídico da CEF nas lides desta natureza e, via de consequência, da competência para o julgamento e processamento dos respectivos processos poderá implicar na nulidade de todos os atos processuais praticados pela Justiça Estadual ou Justiça Federal.

Destarte, por medida de economia processual, e também para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e este STJ, impõe-se a devolução dos autos _ cuja questão é objeto de debate _ à Corte local, para que lá aguardem o desfecho do recurso extraordinário cuja repercussão geral foi reconhecida.

Forte nessas razões, DETERMINO A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que lá permaneçam suspensos até a publicação do acórdão a ser proferido no RE 827.996/PR, observando-se o disposto nos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora